

SUS – Vida e morte em Maringá

ANA PATRÍCIA PIRES NALESSO*

As notícias veiculadas na imprensa nos últimos dias indignaram grande parte da população. Quem gostaria de ter seu filho com queimaduras, sofrendo por um minuto que fosse sem ver uma solução ser encaminhada. Mais de vinte horas se passaram e não foram suficientes para que quem devia encontrasse uma solução para dor daquela criança.

Não é preciso ir muito longe para esclarecer a população de quais são seus direitos. A constituição Federal coloca: Saúde é um direito de todos. Difícil é ver estes direitos realmente sendo respeitados. As pessoas sendo atendidas com dignidade, conseguindo ter sua dor estancada.

Uma administração democrática e popular já deveria ser um passo na direção do reconhecimento e atendimento desses direitos, proclamados e reafirmados em tantos documentos e encontros do Partido dos Trabalhadores.

Não podemos fechar os olhos para o fato da demanda por serviços de saúde em Maringá ser grande, e que muito provavelmente exista uma rede de serviços insuficiente, numericamente, para dar conta de todas as queixas, o que certamente gera dificuldades e exige maior habilidade em gerir a rede pública de saúde. Então o que fazer?

Responsabilizar o Governo Federal?
Culpar o servidor da ponta da rede?

Ora, é preciso denunciar e pontuar os limites e o descaso do governo Federal, mas não é possível nos deixar engessar por eles, senão assumimos a mesma postura de descaso frente à dor da população.

O servidor pode não realizar encaminhamentos corretos? Sim, isso pode ocorrer, mas graças a Deus não é comum, uma vez que é esse servidor que está à frente do atendimento, oito, doze horas de trabalho, vendo o sofrimento de cada cliente. Uma rotina dura que só quem já trabalhou no atendimento direto a população sabe o que é. Este servidor necessita de capacitação e formação. De reconhecimento do seu trabalho e de seus limites, mas acima de tudo precisa de uma diretriz de trabalho. Não podemos esperar que cada um aja apenas a partir de suas concepções e conhecimentos e, consiga dar conta de atender questão tão complexa como a saúde.

Em todas as discussões em saúde coletiva, está sempre presente o binômio “demanda x serviço”. E qualquer um que seja da área sabe que o planejamento é colocado como instrumento fundamental para enfrentar esta questão.

Os problemas de saúde são muitos. Se não é possível resolver todos ao mesmo

* ANA PATRÍCIA PIRES NALESSO é profa. de Medicina Social do Departamento de Medicina da Universidade Estadual de Maringá(UEM). Mestre em Planejamento de Serviços de Saúde (PUC/SP) e Coordenadora do Programa de Desenvolvimento Comunitário da Caixa Econômica Federal (PRODEC).



tempo, é necessário que pelo menos saibamos onde os esforços da equipe de saúde estão sendo empregados. O que certamente não está ocorrendo, ninguém consegue identificar, onde a assistência à saúde em Maringá melhorou. A prevenção vai bem, mas não basta. A assistência à saúde é uma necessidade real, ou ainda há sanitaristas que acreditem que não? Médicos, auxiliares de enfermagem, motoristas, remédios, psicólogos, são necessários, e precisam todos compor uma **rede organizada de serviços**, que permita a todos conhecerem, terem os mesmos objetivos, mesmas metas e prioridades, ou seja, é preciso envolver a todos dos serviços públicos de saúde de Maringá num

projeto claro e eficiente de assistência a saúde.

Enfim acredito, que outro passo na direção de garantir o direito da população, seria a gestão local conseguir equacionar quais são suas prioridades, quais os pontos de estrangulamento que serão primeiro resolvidos e, torna-las conhecida para além das quatro paredes da secretaria municipal de saúde. A sociedade civil espera há um ano por repostas. Até quando mais a situação permanecerá inalterada?

É preciso agir, pessoas estão sofrendo, estão morrendo. É urgente enfrentar a questão da Saúde Pública em Maringá. De frente e, sem mais demora.